

# Sarney e Ulysses apresentam emendas presidencialistas

Janio de Freitas

## Descompromisso revivido

Mais um compromisso do PMDB, de Tancredo Neves e reiterado por Sarney já como presidente, que chegou a anunciar as providências para cumpri-lo, está ameaçado até no texto da nova Constituição, do qual os militares do governo querem a retirada do artigo que confere o direito, a todo cidadão, de conhecer e mesmo corrigir sua ficha nos serviços de informação.

Pouco depois de assumir, Sarney anunciou a democrática abertura dos arquivos como parte e demonstração das modificações que a Nova República —aquela, lembra-se?— introduziria no SNI. As anotações da espionagem interna e, mais ainda, da imaginação doentia dos charlatães da "informação" não se concentram no SNI, havendo ainda os arquivos próprios do Exército (Cix), da Marinha (Cenimar) e da Aeronáutica (Cisa). Mas, sendo o SNI o símbolo destas atividades stalinóides ou, a depender do gosto, gestapianas, na qualidade de ministro-chefe do Serviço o general Ivan de Souza Mendes deu entrevista comunicando que já estavam em estudo os modos de acesso dos interessados às suas fichas.

A idéia então exposta foi objeto de críticas generalizadas, por pretender restringir a abertura das fichas aos acusados de novos processos e, assim, trair o sentido democrático da abertura e revisão dos arquivos montados pela ditadura. A partir daí, o general, que era contra a medida —não fora ele general e não fora ela democrática—, esqueceu o assunto. E se um general o esqueceu, em

desmemória própria e de outros, não haveria de ser o presidente Sarney a relembrá-lo. Tanto mais que se tratava de compromisso por ele adotado.

O assunto reaparece, agora, no anteprojeto de Constituição montado pelo relator Bernardo Cabral, que, entre as Garantias Constitucionais, confere o acesso a "informações e referências pessoais, e aos fins a que se destinam, sejam registradas por entidades particulares ou públicas, inclusive as policiais e as militares". E estende este direito à "retificação de dados, se não se preferir fazê-lo através de processo judicial ou administrativo sigiloso".

Diante desta proposta à Constituinte, a reação dos militares é a de recusá-la no todo para chegar, em último caso, à abertura restrita e condicionada dos arquivos, na crítica modalidade exposta pelo general Souza Mendes antes de o compromisso evaporar-se. A manifestação pública de um ministro militar ou de um oficial, porém, no caso foi dada preferência ao trabalho de pressão direta e sigilosa sobre parlamentares e, com mais ênfase, sobre os que podem influir nos grupos de constituintes maleáveis.

Persiste um divertido problema, no entanto: é de saber a que parlamentar caberá a iniciativa de propor a supressão do artigo ou, se muito difícil esta, sua adaptação à tolerância dos chefes militares. Não é que na casa faltem profissionais para a missão. Mas a dificuldade esperada é encontrar um que se disponha a inviabilizar desde logo sua reeleição.

Da Sucursal de Brasília e da Redação da Folha

O presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, apresentaram ontem, através de dois deputados peemedebistas de São Paulo, emendas ao substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-MA), propondo que o texto da nova Constituição consagre o sistema presidencialista de governo.



A emenda "sarneyzista", com ses-

enta artigos, foi elaborada com o auxílio do consultor-geral da República, Saulo Ramos, e apresentada pelo deputado José Theodoro Mendes (PMDB-SP), 46, de centro-esquerda (segundo levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos"). A emenda "ulyssista", com dezesseis artigos, foi redigida pelo jurista Miguel Reale Jr., assessor jurídico de Ulysses, e apresentada pelo deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), 38, de centro-esquerda.

Reale Jr. assumiu calmamente que o inspirador da emenda de sua autoria é o deputado Ulysses Guimarães. "O dr. Ulysses é o pai da idéia", disse. Theodoro Mendes, porém, negou que a inspiração de sua emenda tenha partido do Palácio do

Planalto. "Não fui um simples escriba, não há vínculo direto com o Planalto", disse Mendes.

"Não estive com Saulo Ramos nos últimos dias", afirmou Theodoro Mendes, e se dispôs a mostrar aos jornalistas o bilhete de uma passagem aérea "para comprovar" que esteve viajando antontem e que seu texto não contou com participação do governo Sarney. Apesar das declarações do parlamentar, ele foi visto ontem e antontem pela reportagem da Folha no gabinete do consultor-geral da República, localizado num prédio anexo ao Palácio do Planalto.

Miguel Reale Jr. está pessimista com a possibilidade de qualquer emenda presidencialista ser majoritária na Comissão de Sistematização —"acredito que perderemos na Sis-

tematização, mas ganharemos no plenário", afirmou. Já o deputado Theodoro Mendes acredita que o presidencialismo poderá ser vitorioso. "Deve ficar entre 47 e 48 votos", afirmou Mendes. Os números citados para ele dariam aos presidencialistas uma vitória apertadíssima na comissão, composta por 93 membros.

A emenda presidencialista "ulyssista" não é nova. Já foi apresentada nas fases anteriores do Congresso constituinte —durante o trabalho das subcomissões e comissões— pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), de esquerda, e está sendo reapresentada por Manoel Moreira com algumas modificações. A emenda "sarneyzista" é apresentada pela primeira vez agora.

## 'Ulyssista' prevê primeiro-ministro

A emenda presidencialista elaborada pelo jurista Miguel Reale Jr. e apresentada ontem pelo deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), de inspiração "ulyssista", prevê em seu primeiro artigo: "O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, com a cooperação do primeiro-ministro, dos ministros de Estado e do Conselho de Ministros."

O primeiro-ministro, porém, não passa de um auxiliar de luxo do presidente, diferentemente do sistema parlamentarista, quando ele exerce as funções de chefe de governo. Segundo a emenda de Manoel Moreira, o primeiro-ministro será um parlamentar, indicado pelo presidente. Para ser empossado, precisará de aprovação por maioria absoluta do Congresso Nacional. Depois de rejeitados os dois primeiros nomes indicados, o presidente da República terá liberdade de nomear o parlamentar que desejar.

A emenda propõe também a criação de um Conselho da República, integrado pelo presidente e pelos líderes da maioria e minoria no Senado e na Câmara, com função consultiva. Para exonerar o primeiro-ministro, o presidente deverá, de acordo com o projeto "ulyssista", ouvir o Conselho da República, que será ouvido também caso sejam rejeitadas as duas primeiras indicações para o cargo feitas pelo presidente.

O Congresso Nacional terá o poder de derrubar o ministério, precisando para isso aprovar uma moção de censura ao primeiro-ministro, por maioria absoluta. Esta moção, porém, não poderá ser apresentada até seis meses após a posse do primeiro-ministro nem nos últimos seis meses da legislatura. Não sendo aprovada uma moção de Censura, nos seis meses seguintes uma nova só



O deputado paulista Manoel Moreira

## Quem é Manoel Moreira

O deputado Manoel Moreira de Araújo Filho, 38, do PMDB de São Paulo, está no seu primeiro mandato como deputado federal, cargo para o qual foi eleito, no ano passado, com 51.028 votos. Economista, ele foi vereador em Campinas (SP) pelo MDB (1976-82) e deputado estadual pelo PMDB (1982-86). Ocupou ainda a Secretaria de Finanças do município paulista de Indaiatuba (1977-81) e de Campinas (1981-82). É de centro-esquerda, segundo levantamento da Folha publicado no dia 19 de janeiro.

podrá ser apresentada por iniciativa de dois quintos dos parlamentares.

A emenda "ulyssista" restringe-se ao segundo capítulo do substitutivo do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, relativo ao Poder Executivo. Estabelece eleições diretas para presidente e vice-presidente, em dois turnos.

## Proposta 'sarneyzista' mantém poderes

A emenda presidencialista do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), surgida nos gabinetes do Palácio do Planalto, reserva ao presidente da República a chefia do governo, do Estado e o comando supremo das Forças Armadas e admite o voto de censura do Congresso aos ministros, com exceção dos militares e do chefe do Gabinete Civil.

Uma moção de censura aprovada pelo Congresso por maioria absoluta, no entanto, não é suficiente para derrubar um ministro. Ela pode ser vetada pelo presidente e, neste caso, segundo a emenda, são necessários os votos de dois terços dos deputados e senadores para derrotar o veto presidencial. Não está prevista na emenda a figura do primeiro-ministro.

## Decurso de prazo

A emenda propõe o fim do decurso de prazo para aprovação de decretos-leis e abre a possibilidade de que eles sejam emendados no Congresso (atualmente os decretos-leis só podem ser aprovados ou rejeitados, sem possibilidade de modificação em seu texto pelos parlamentares). O Congresso Nacional é fortalecido em relação às suas atribuições atuais, de acordo com a proposta "sarneyzista", com a eliminação de restrições à formação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e ampliação da capacidade parlamentar de legislação sobre matéria financeira.

O Congresso passa ainda, segundo a emenda, a deter o controle sobre a utilização dos mecanismos institucionais para os momentos de crise —como o estado de sítio—, adquirindo competência para fazer cessar a utilização destes mecanismos. Durante os meses de recesso parlamen-



O deputado Theodoro Mendes

## Quem é Theodoro Mendes

José Theodoro Mendes, 46, é deputado federal pelo PMDB de São Paulo desde 1982 (reeleito em 1986 com 114.141 votos). Promotor de Justiça, foi deputado federal pelo MDB (1974-76) e prefeito de Sorocaba (a 92 km de São Paulo) de 1976 a 1982. Em 84, José Theodoro Mendes —de centro-esquerda segundo levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos" no dia 19 de janeiro— foi autor de uma emenda constitucional que propunha eleições diretas em dois turnos para a Presidência.

tar, é instituída uma Comissão Representativa, com participação de todos os partidos com representação no Congresso.

Assim como a emenda "ulyssista" o projeto palaciano prevê a eleição do presidente da República através de eleições diretas em dois turnos e estabelece a duração do mandato-



Reunião de Cabral, Covas, Arinos e Richa (a partir da esq.) na sala de Covas

## Cabral vai aceitar propostas sobre regime fora do prazo

Da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, abriu uma brecha para que os dois principais grupos suprapartidários do Congresso constituinte cheguem a um acordo sobre o sistema de governo a ser adotado na nova Constituição, mesmo depois de vencido o prazo (24h de hoje) para apresentação de emendas. Se os grupos alcançarem uma posição consensual durante os dez dias em que Cabral estiver preparando seu parecer às emendas apresentadas ao seu substitutivo, a proposta será aceita e implicará mudança do texto.

Esta solução resultou de uma reunião entre os coordenadores do "grupo do consenso", deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), e do grupo dos "moderados", senador José Richa (PMDB-PR), com o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), o líder do PMDB no Congresso

constituente, senador Mário Covas (PMDB-SP) e Cabral, no gabinete de Covas.

Durante mais de uma hora, os dois coordenadores relataram os pontos inconciliáveis entre os grupos e as soluções encontradas. Apenas "Reforma Agrária" e "Sistema de Governo" foram considerados negociáveis. Um acordo possibilitou a apresentação de emendas conjuntas para "Ordem Econômica", "Previdência", "Anistia", "Saúde" e "Comunicação".

Os "moderados" vão apresentar uma emenda para "Reforma Agrária" modificando o mecanismo de imissão de posse, formulada pelos deputados José Maria Eymael (PDC-SP) e Konder Reis (PDS-SC). O grupo do "consenso" apóia a proposta do substitutivo. Sobre alguns temas "menores", os grupos vão apresentar emendas próprias. "São apenas emendas de ajuste", disse Scalco.

## Grupos prevalecem nas negociações

Os grupos suprapartidários substituíram os partidos políticos no encaminhamento das negociações sobre a nova Constituição. Para se obter soluções consensuais dentro do Congresso constituinte, ou pelo menos tentar, são convocados os coordenadores ou os principais representantes dos grupos, em vez dos líderes partidários. "Não tem mais partido, é só grupo", disse o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), com a experiência de quem coordena o "Centro Democrático", onde se concentra a ala "conservadora" do PMDB.

Durante a preparação do projeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, os grupos dos "moderados" e o do "consenso" destacaram-se como os principais aglutinadores das propostas dos constituintes. Mas o "grupo da esquerda", o "Centro Democrático" e até mesmo a tentativa frustrada de formar o "grupo dos cowboys" (agrupando parlamentares da direita e centro-direita de vários partidos) também marcaram os trabalhos de preparação da nova Constituição. O "grupo dos parlamentaristas" e o dos "conservadores" da Comissão de Sistematização começaram a trabalhar nas últimas duas semanas.

O "grupo do consenso" é formado majoritariamente pela "esquerda" do PMDB, incluindo ainda parlamentares de outros seis partidos. E o agrupamento mais eclético do Congresso constituinte, abrangendo velhos opositores políticos, como o senador Virgílio Távora (PDS-CE), um dos "coronéis" da política nordestina, e o deputado Roberto Freire (PCB-PE). Pela sua heterogeneidade, é o grupo que tem maior dificuldade de obter

posições consensuais. O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) é o coordenador do grupo.

Já o grupo dos "moderados" é o que mostra mais trabalho. Integrado por constituintes de cinco partidos, é bem mais homogêneo que o "grupo do consenso". O senador José Richa (PMDB-PR) coordena o grupo. Na fase de preparação do substitutivo de Cabral, os "moderados" apresentaram um texto alternativo, chamado de "Projeto Hércules".

## 'Grupo de esquerda'

Muitos dos membros do "grupo da esquerda" participam também do "consenso", como os deputados Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). Eles negociam com os outros grupos, mas apresentam emendas próprias para "marcar posição" no Congresso constituinte. O "Centro Democrático" é formado exclusivamente pelos "conservadores" do PMDB. Não tem atuação muito intensa na apresentação de emendas. As articulações do deputado Expedito Machado (PMDB-CE) destinam-se basicamente a arremessar votos na Comissão de Sistematização e no plenário. Quanto ao grupo dos "cowboys", foi uma tentativa da ala mais conservadora do Congresso constituinte de formar um grupo.

Há duas semanas, os integrantes da ala "conservadora" da Comissão de Sistematização iniciaram um processo de discussão e negociação da nova Constituição —o "grupo dos conservadores". O deputado Prisco Viana (PMDB-BA) é o articulado do grupo. E, por fim, o "grupo parlamentarista", nasceu nos últimos dias com o objetivo específico de discutir a proposta de sistema de governo.

## Sant'Anna define tática contra parlamentarismo

JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial a Brasília

O deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 54, centro-esquerda, líder do governo na Câmara, definiu ontem a cronologia e o roteiro de confronto entre parlamentaristas e presidencialistas. Será já no plenário em que estarão instalados os 93 integrantes da Comissão de Sistematização, certamente na manhã do próximo dia 20.

Com o relator Bernardo Cabral (PMDB) mantendo em seu segundo substitutivo a opção pelo parlamentarismo, Sant'Anna e os presidencialistas, ligados ou não ao Palácio do Planalto, pedirão destaque "para derrubar em bloco" a tentativa de mudança na forma de governo.

Independentemente de prefigurar o insucesso das eventuais negociações que os dois grupos encadearem a partir de domingo —quando todas as emendas ao atual substitutivo já estarão depositadas—, a operação correrá um enorme risco, confir-

mando-se a estimativa de correlação de forças, na Comissão, encomendada pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, e efetuada por seu braço direito, o jurista Miguel Reale Júnior. De fato, concluiu antontem à noite, o levantamento demonstra haverem 52 parlamentaristas contra 36 presidencialistas, e mais cinco indecisos.

O resultado coincide as tendências do "plebiscito" interno à bancada do PMDB na Câmara, feito a partir da última quarta-feira pelo líder Luiz Henrique (SC). Raciocinando em termos de plenário completo, o que ocorrerá na fase constituinte agora marcada para a partir de 5 de dezembro, ele recebeu até ontem à tarde respostas de 139 peemedebistas, dos quais 88 consideram ideal o parlamentarismo e cinquenta o presidencialismo, havendo um único deputado que não quis se pronunciar.

"Essa pesquisa não tem nada a ver com o quadro real", replica Carlos Sant'Anna, o líder do governo, afirmando que Luiz Henrique, um par-

lamentarista, não interpelou seus companheiros de maneira contundente, ou seja: "Como é que você vai votar?". Sant'Anna diz, por isso mesmo, que segundo um outro levantamento os presidencialistas seriam 48 dos 93 da Comissão de Sistematização, o que coincide com dados ontem reafirmados pelo deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP).

Amos presidencialistas atuantes, aparentemente não convenceram o líder da bancada do PFL na Câmara, José Lourenço. "Se os parlamentaristas são hoje majoritários", disse ele à Folha, é porque ainda não os denunciemos em razão da crise que será aberta com um presidente eleito por quarenta milhões de votos, tendo que repartir o poder com um primeiro-ministro". Excitado e nervoso, o que normalmente lhe traz de volta o sotaque português, Lourenço chegou mesmo a evocar a figura de um presidente que, com tamanho lastro nas urnas, se recusasse a dividir o poder com qualquer primeiro-ministro.

Os parlamentaristas obviamente rebatem os prognósticos de crises de tamanha gravidade. Um dos pais da criança, o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), diz acreditar estar em jogo a reivindicação circunstancial de se preservar os poderes do presidente Sarney. E por isso que, a seu ver, o Planalto tende nos próximos dias a "jogar o xadrez" com duas regras simultâneas: resguardar o presidencialismo para, a seguir, conceder o menos possível dentro de um "parlamentarismo que todos sabem inevitável".

Apesar de reconhecer em Sarney uma ampla margem de manobra, Ferreira Lima concorda com Carlos Sant'Anna ao prever que a batalha decisiva se dará na Comissão de Sistematização. E, com base no comportamento de sua própria assessoria e de prováveis indiscrições cometidas por assessores dos adversários, ele diz que tanto um lado quanto o outro redigem freneticamente suas emendas, a serem protocoladas até hoje à meia-noite.

## Leitura

### LIVROS

THEORIE DE L'AGIR COMMUNICATIONNEL. Juergen Habermas. Fayard (Paris), 890 págs. C\$ 7.200,00.

O pensador alemão Juergen Habermas, considerado o principal herdeiro da extinta escola hegeliana de Frankfurt (composta pelos filósofos Theodor Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin, entre outros), procura em seu livro elaborar uma teoria da ação comunicativa. Na visão de Habermas, a teoria da ação comunicativa é o ponto de partida para a "teoria da sociedade que se esforça por justificar seus parâmetros críticos". Com este objetivo, o autor investiga o problema da racionalidade da ação e o processo de racionalização da sociedade e do mundo, retomando a interrogação do sociólogo liberal alemão Max Weber, no interior de uma reflexão sobre a modernidade. O livro pode ser encontrado na Livraria Francesa.

A TUTELA MILITAR, de João Quartim de Moraes, Wilma Peres Costa e Eliezer Rizzo de Oliveira. Vértice, 104 págs. C\$ 190,00.

O livro é a reunião de três ensaios sobre o problema das relações entre os militares e o poder político no Brasil. No primeiro trabalho, Wilma Costa analisa a presença militar na primeira Constituição da República. A autora discute a participação dos militares na queda da monarquia e na criação da República e o processo de autonomização das Forças Armadas em

relação ao Estado. Eliezer Rizzo discute a posição do estamento militar na "Nova República", afirmando que houve um fortalecimento da tutela militar, dentro do quadro de uma "pseudo-subordinação" ao poder civil. No terceiro artigo, João Quartim de Moraes discute a questão do papel das Forças Armadas em um sistema democrático.

### ARTIGO

O ESTADO SOCIAL DA NAÇÃO, de Wanderley Guilherme dos Santos, revista Dados vol. 29, nº 3/1986. Taurus/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. C\$ 98,00.

O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos faz em seu ensaio uma análise da situação social do país, a partir de indicadores econômicos e sociais. O objetivo do autor é fazer um diagnóstico do "estado social da nação", mostrando as desigualdades de distribuição de renda entre os segmentos sociais e as regiões do país. O autor examina também indicadores como o número de alfabetos e o nível de emprego entre três faixas de renda, para chegar à conclusão que o problema do Brasil é menos desconcentrar a riqueza existente no alto da pirâmide social e mais resgatar a maioria que se encontra ao nível da miséria absoluta. (Artur Ribeiro Neto)

Esta coluna publica semanalmente os principais lançamentos de Ciência Política. Indica também artigos de revistas especializadas, teses acadêmicas e livros básicos sobre política.

## Em encontro com Ulysses, Fenaj defende diploma

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Armando Rollemberg, 35, defendeu ontem, durante encontro de quinze minutos com o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), no gabinete deste, a manutenção, pela nova Constituição, da obrigatoriedade do diploma para o jornalista.

Armando Rollemberg disse que o atual substitutivo do relator Bernardo Cabral "não só acaba com a obrigatoriedade do diploma para o jornalista, como desregulamenta a profissão".

Afirmou também que considera que novas formas de ingresso na carreira jornalística devem ser discutidas na legislação ordinária. Ulysses Guimarães —que é pessoalmente contrário à obrigatoriedade do diploma— pediu à sua assessoria que anotasse a observação do presidente da Fenaj, com os números do parágrafo e do artigo constantes do anteprojeto de Cabral.

### Conselho de comunicação

Ulysses Guimarães ouviu ainda do presidente da Fenaj um apelo em favor do Conselho Nacional de Comunicação, que passaria a controlar a concessão de emissoras de rádio e de canais de televisão. Ao responder a Armando Rollemberg, Ulysses disse que também é contrário a que a concessão esteja concentrada unicamente nas mãos do presidente da República.

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM	
PRESENTES	AUSENTES
54 Congresso constituinte	505
Senado	não houve sessão
Câmara dos Deputados	não houve sessão
6 Assembléia Legislativa	78
Câmara Municipal	não há sessão às sextas-feiras

## Dropes

Sarney - O presidente José Sarney respondeu à notificação do STF a respeito da ação movida por Leonel Brizola, sobre uma suposta declaração de Sarney responsabilizando-o pelas agressões no Rio, em julho.